

ALIMENTOS PROVISIONAIS

MEDIDA CAUTELAR

Recurso re ..

SOCIEDADE DE FATO — UNIÃO ESTÁVEL - DISSOLUÇÃO - PROLE - DIVISÃO DE BENS - LEI 9.278/96 - ALIMENTOS - ART. 226/CF - ALIMENTAÇÃO - BEM

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ... VARA DE FAMÍLIA DE ...-... ..., brasileiro, solteiro, representante autônomo, portador do RG. nº ... e CPF nº ..., residente e domiciliado nesta Capital na Rua ... nº ... - ..., e ..., brasileira, solteira, agente de viagens, portadora do RG. nº ... e CPF nº ..., residente e domiciliada nesta Capital na Rua ..., nº ... - ..., vêm requerer à V. Exa., por esta petição, assinada e instruída por ambos, com a assistência do patrono único in fine assinado, inscrito na OAB-... sob o nº ... e (mandato incluso), com escritório na Rua ..., ... - ..., n/Capital, onde recebe notificações e intimações, na forma da Lei nº 9.278 de 10/05/1996, que regula o § 3º do Art 226 da Constituição Federal, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Art 1.120 caput, do Código de Processo Civil, vêm propor a presente Ação de Dissolução da União de Fato, para que prestam as seguintes declarações: I Os requerentes conviveram pelo regime de união estável durante o período de ... de ... a ... de ... II Estão separados há aproximadamente 01 (um) ano, em virtude da ruptura da vida em comum e com impossibilidade de sua reconstituição. III Não há entre eles contrato antenupcial. IV Houve dessa união, uma única filha, ..., nascida em .../.../..., menor impúbere, que se encontra sob a guarda e cuidados da mãe, que desde já acordam que assim permanecerá, tendo o pai o direito de visitá-la todos os sábados, no horário compreendidos entre ... e ... horas bem como o direito de tê-la consigo para passeios e convívio nesse período. Estabelecem ainda, que nas datas especiais de Natal, passará com a mãe, e, Ano Novo com o pai. Páscoa e aniversário, ambos compartilharão da companhia da menor, conforme entendimento entre as partes, que visem o conforto e o melhor aproveitamento de tais períodos pela filha. V O Requerente varão contribuirá para o sustento da filha menor, com valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, a ser depositado até o dia ... do mês subsequente, no Banco ... Ag. ..., na conta corrente nº ..., de titularidade da ora Requerente mulher ... VI DOS BENS E PARTILHA Durante a constância da união, foi adquirido dois imóveis, a saber: a) Lote de terreno nº ... - quadra nº ..., Planta ..., situado no Município de ..., com área de ... m2, medindo ... m de frente para a Av. ..., e, com ... m de fundos, confrontando de um lado com o lote nº ... pela lateral direita de quem de frente olha o imóvel, e de outro com o lote nº ... pela lateral esquerda e fundos com o lote nº ..., devidamente registrado com a inscrição sob nº ..., do Livro ..., no Cartório de Registro de Imóveis de ..., havido conforme contrato nº ..., do ..., onde foi construída uma casa em alvenaria de ... m2, que neste ato, acordam que esse imóvel passa a pertencer exclusivamente à Requerente mulher. b) Uma casa nº ..., tipo ..., componente do Conjunto Habitacional ..., sito na Rua ..., bairro ... - ..., Indicação Fiscal nº ..., com demais características constantes da matrícula nº ..., havida conforme registro sob nº ... da respectiva matrícula do Livro nº ... de Registro de Imóveis da ...º Circunscrição Imobiliária de ..., tudo conforme Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda, Mútuo com Obrigações Hipoteca de Primeiro Grau e outras Avenças, firmado com o Banco ... Imóvel esse que passa a pertencer ao Requerente varão, que a partir desta data, se responsabilizará na qualidade de mutuário, pelas prestações junto ao agente financeiro, como também, assumirá todos os encargos pendentes, inclusive de condomínio, que recaem sobre esse imóvel, comprometendo-se neste ato, de, no prazo máximo de 06 (seis) meses, pagar à Requerente mulher, a título de compensação, a importância de R\$..., independentemente da alienação do referido imóvel. VII As custas e honorários advocatícios decorrentes da presente ação, serão suportadas exclusivamente pelo Requerente varão. Em face do exposto, e na plena determinação de separarem-se, requerem à V.Exa. se digne ouvi-los

na forma da lei, com a tomada de suas declarações a termo, bem como o ilustre representante do Ministério Público, após o que seja deferida e homologada a decisão dos postulantes. Dá-se à presente, para efeitos fiscais e de alçada, o valor de R\$... N. Termos, P. Deferimento. ..., ... de ... de ... Requerentes: Advogado